

## TRAVESSIAS

*Estados Gerais da Psicanálise : questões de fundamentos*

I

### FIDELIDADE CRÍTICA

Corinne Daubigny

#### Resumo

No momento em que se delineia uma possível passagem do não-institucional a uma institucionalização relativa do movimento dos EGP, a história relatada e vivida por Helena Besserman Vianna aparece como paradigmática de nossa situação enquanto psicanalistas .

Primeiramente, a solidariedade não-institucional que ela soube induzir leva-nos a analisar o terror originário diante da traição co-essencial à constituição dos grupos, enquanto estes se querem guardiães de valores humanos. Essa experiência lembra-nos que um psicanalista encontra-se necessariamente em dissidência, tanto em relação aos regimes ditatoriais, quanto a todas as formas de crueldade contemporâneas, pelas quais, entretanto, somos atravessados e que, portanto, é preciso analisar, inclusive na vertente dos processos esquizo-paranóides.

"*Solidariedade*" : é assim que, freqüentemente, ela concluía suas cartas. Como um chamado, um lembrete, um engajamento. Essa palavra militante não serve habitualmente de fecho à correspondência dos psicanalistas franceses. Traduzia bem o que eu sentia em relação a ela e àqueles que a apoiaram ; a reciprocidade que esse termo implicava me tocava, pois minhas próprias posições sobre a relação da psicanálise ao social, ao político, à ética e ao direito deixavam-me desde sempre à margem das sociedades analíticas.

Solidariedade rara, pois é preciso dizer que a história relatada por Helena Besserman Vianna<sup>1</sup> não chegava a emocionar muitos colegas na França – ao menos é o que deixavam transparecer -, incluindo responsáveis de sociedades analíticas e isso bem depois dos Estados Gerais da Psicanálise terem tido lugar em julho de 2000 em Paris.

Ah, é ? Havia no Brasil, sob a ditadura, um psicanalista que trabalhava de noite como médico junto aos militares torturadores ? O presidente de uma sociedade

analítica brasileira, ao par da coisa (que consignou cuidadosamente), mantinha-o em formação e dava-lhe supervisão nesse quadro e contexto? Ora, vamos lá, esse presidente "didático" tinha sido formado por um psicanalista alemão que dirigira o *Görling Institut* durante o nazismo na Alemanha, esse instituto de onde tinham sido expulsos todos os analistas judeus – e você pensa, como Helena Besserman Vianna e René Major, que existe uma relação entre esses fatos ? Helena Besserman Vianna foi violentamente molestada, com a cumplicidade aparente de responsáveis da IPA, a Associação Internacional de Psicanálise fundada por Freud, por ter denunciado essa situação ? Os responsáveis da IPA, entre os quais alguns franceses, não julgaram necessário exigir a demissão do presidente da sociedade brasileira?

E eu ainda não havia contado tudo. Os que pensavam não terem nenhuma responsabilidade particular escutavam incrédulos franzindo as sobrancelhas, evitavam ler o livro de Helena, ou pareciam muito rapidamente não mais se lembrarem de nada. Manifestamente, uma simples psicanalista como eu – só tinha uns quinze anos de experiência quando o livro de Helena apareceu na França - não devia intrometer-se nos assuntos dos "grandes". Não pensavam negar os fatos, isso não ; o que temiam era contestar a autoridade dos membros da IPA ; no melhor dos casos, reconheciam que “ alguma coisa não batia ”, mas não se podia, segundo eles, mudar o curso das coisas, pois esse era o mal inerente a toda instituição – questão, aliás, que precisaríamos avaliar.

Outras posições eram mais chocantes : *"O que isso importa para você, em que nos concerne?"*, perguntavam-me. *"O que sabemos do Brasil, como podemos julgar ? " ... É uma história isolada que nada representa. A tortura, no Brasil, é tão banal, por que falar mais desse caso que de um outro qualquer?" ... "E depois, que faríamos nós próprios sob um regime de ditadura, que faria você, arriscaria sua vida, e o que pode saber a esse respeito?"* Alguns acrescentavam: *"quem sabe, teríamos mesmo colaborado sob o nazismo; quando se tem uma família para sustentar, é humano...Não há nenhuma vergonha em dizer isso. Esse Kemper era apenas um ser humano, eis tudo"* – e fazia-se referência à historiografia do “ caso Kemper ”.<sup>ii</sup> *"Do que se queixa então Helena Besserman Vianna ? Devia saber muito bem que sua posição era arriscada : como não teria sido molestada ?" ... "Aliás, em seu tempo, Freud não se tinha verdadeiramente oposto à expulsão dos analistas judeus da sociedade alemã "* (é preciso, com efeito, clarificar totalmente esse ponto da história). Os paralelos iam longe : "...e aqui na França, por que perseguir ainda os

antigos nazistas, como esse triste *Papon*<sup>iii</sup> *que não passa de um velho doente? Não, realmente, tanto barulho por nada é detestável.*"

Helena, René Major, bem como Élisabeth Roudinesco, eram, é claro, acusados de conspurcar a imagem da psicanálise mais oficial, com o único objetivo de obterem publicidade e de se auto-promoverem, pobres vítimas da própria megalomania. Tudo isso, evidentemente, não era dito nas tribunas dos congressos, mas sim na hora do aperitivo das reuniões "conviviais". Oficialmente não se faz política, mas nos bastidores as posições são claras: face aos compromissos ou comprometimentos efetivos de psicanalistas com regimes ditatoriais, a melhor política é a do silêncio. Alguns nem queriam acreditar na demissão de René Major da IPA (um psicanalista tão brilhante demissionária por tão pouco?): isso não se faz, seria uma afronta ridícula, é impossível; provavelmente simulava. Em resumo, nada se passou, apenas uma série de anedotas. Os negócios continuam. Corporativismo, *sim*; solidariedade, *não*.

Felizmente, ainda houve psicanalistas suficientes, alguns de grande renome, que participaram dos Estados Gerais da Psicanálise de 2000 para que não desesperemos da comunidade analítica. Mas a relação entre essa assembléia extraordinária e a história de Helena teria ficado clara para todos? Não foi rapidamente esquecida? A tentativa de restabelecê-la não poderia contribuir para um maior esclarecimento do sentido dos EGP (Estados Gerais da Psicanálise)?

Por que, talvez perguntem vocês, falar ainda e novamente dessa história, quando uma parte de seus protagonistas já morreu? Quando o mundo tornou-se, há mais de meio século, um barril de pólvora e a humanidade tenta sobreviver a uma catástrofe já em curso – que o Ocidente produziu e cujos efeitos se tentam limitar com grande dificuldade?

Não cultivemos a lembrança pela lembrança: preparando-me para atravessar o Oceano rumo a esse encontro, ao qual a própria Helena me convidara, pensei que ainda havia lições muito atuais para nosso movimento a serem tiradas dessa experiência vivida e contada por ela. Não esgotarei a questão, limitando-me a evocar os ângulos pelos quais essa experiência pode permanecer exemplar para nós - "um caso infelizmente exemplar", escrevia René Major em sua carta de demissão da IPA<sup>iv</sup>.

Exemplar não somente, nem necessariamente, no sentido mais banal de exemplo a seguir, que se refere ao Ideal do Ego e a suas inflações imaginárias (o heroísmo *et caetera*), mas no sentido em que essa história, enquanto concerne à instituição analítica, pode servir-nos de paradigma para compreender em parte nossa própria dituação de psicanalistas no mundo atual, no momento mesmo em que nosso movimento se institucionaliza – a seu modo e de múltiplos modos, aliás.

"Solidariedade" : essa palavra significava que nossas relações deviam estar cimentadas por uma luta comum, nossa ação era orientada, apontava para um objetivo e, para atingi-lo, seria preciso ultrapassarmos obstáculos, ajudar-nos mutuamente permanecendo unidos. "*Jurar, dizia Sartre, é dar o que não temos para que os Outros no-lo dêem e que possamos cumprir nossa palavra*"<sup>v</sup>. Havia nesse termo algo de uma afirmação e de uma demanda de afirmação de fé, do juramento que liga os membros de um grupo nascente, quando o estabelecimento de sua permanência enquanto grupo só se apóia nesse juramento. Não era o Comitê Secreto freudiano, pois nem havia ainda instituição nem conteúdo oculto dessa solidariedade. Só podia ser uma solidariedade de pessoa para pessoa, sabendo que o combate de cada uma e de cada um é apenas a expressão verdadeira de seu próprio ser – no exercício da psicanálise, há uma espécie de combate, seguramente e, em particular, entre si e si-mesmo na relação ao Outro. O apelo ao juramento livremente consentido funda o grupo, obrigando seus membros à fidelidade : cada um se obriga a essa fidelidade diante de terceiros que podem julgá-la. O juramento não tem necessidade de ser pronunciado : na luta efetiva, seu conteúdo parece evidente. O pensamento de Jean-Paul Sartre acompanha-me nessa reminiscência e com prazer evoco essa figura, sinônimo de engajamento, esse homem cuja ambivalência para com a psicanálise é bem conhecida (por que não ?). Voltam-me à memória alguns capítulos da *Crítica da Razão Dialética*, seu testamento filosófico, que utilizarei livremente, como qualquer outro texto, sob o risco – e não ousarei pedir perdão - de passar por uma *serial-killer*. Mas, não por acaso, Sartre comentava aí principalmente a passagem da Revolução Francesa ao Terror. Sem que um tal momento histórico pudesse ser reduzido a esse aspecto, mostrava que a fraternidade nascente de um grupo em luta é co-extensiva a um terror fundamental : "*o estatuto fundamental do grupo juramentado é Terror* " (*ibidem* p. 450). Pois estando o pacto baseado na liberdade de cada um, devo sempre permanecer

suficientemente “ exilado ” do grupo para preservar essa liberdade e, assim, cada um permanece necessariamente um traidor em potencial. *“Estar no interior do grupo manifesta-se por um duplo fracasso consentido: é não poder sair dele e não poder integrar-se a ele ”* (*Ibidem*, p.566). Não há juramento sem risco de perjúrio – e esse perjúrio será julgado, mesmo sem tribunal nem lei. Seu castigo não pode ser, diz Sartre, pior que a exclusão, que uma destituição, uma degradação – seguramente cruel – uma espécie de *“linchamento”*, uma queda. Direi que o Terror baseia-se em uma ameaça e mesmo uma promessa de Crueldade, ameaça ela própria já cruel. Mas a crueldade agida não provoca uma dor qualquer (nem sempre se sofre *cruelmente*), ela atinge essencialmente o coração do ser humano, o sentimento de dignidade humana e a soberania do sujeito. A crueldade visa essencialmente o assassinato da alma.

Por que essa crueldade na punição do perjúrio? É que o grupo, fundado pelo juramento, é sempre mais ou menos um grupo de elite; em todo caso, vê-se como tal. Pois por que ceder a parte mais preciosa de minha humanidade - limitar minha liberdade e minha soberania – senão para evitar de perdê-las ainda mais ? Assim, o conteúdo formal do juramento é sempre, no fundo, a afirmação da fé na possibilidade de permanecer verdadeiramente humanos, em um mundo social que comporta, porque humano, o risco do inumano. No Outro, o *“contra-homem”* segundo Sartre (*ibid.*, p. 689), no exterior do grupo, como no Outro em mim, o objeto do Terror (e sua fonte) é o inumano que nos espreita, oriundo da humana liberdade de não ser humano. O perjúrio encarnado no *“contra-homem”* (*sic*) é o homem decaído. Para retomar um termo de René Major, o *“delírio de eleição”* espreita todo grupo humano, todo grupo militante e mais especialmente aqueles que se tomam por guardiães da humanidade : não se precisa, para isso, apelar para uma transcendência qualquer. O desejo de eleição, universal, finda a busca do Ideal do Ego comum ao grupo, para evitar a vergonha que nos espreita. O castigo da traição só pode ser o de infligir a vergonha.

Falamos então de um terror e um risco originários, existenciais, pois assim se passa, dizia Sartre, o nascimento do homem em nós, entre nós, todos *“irmãos”* por termos escolhido livremente o partido do humano contra o inumano em nós: *“a fraternidade como a forma mais imediata e mais constante do Terror ”* (*ibid.*, p. 456). *“Trata-se, diz ele, do começo da humanidade”* (*ibid.*, p. 453). Toda fidelidade no seio de

um grupo, de um grupo unido por uma praxis comum, é pois altamente crítica : está necessariamente em crise.

Solidariedade terrível, portanto, aquela que fundamenta nossa oposição a toda cumplicidade entre a psicanálise e regimes de terror e ditadura – oposição cujas razões todo mundo conhece, evidentemente, mesmo os que fingem ignorá-las. Como alguns se perdem nisso e, por fidelidade a seus Senhores, crêem verdadeiramente ignorar o que não querem saber que sabem, citemos de qualquer maneira algumas razões muito simples.

Primeiramente, há a responsabilidade política e moral dos intelectuais. Pois a crueldade à obra nas ditaduras contemporâneas não é a expressão *direta* de uma "pulsão de crueldade" : essa crueldade é fruto de uma organização estatal altamente elaborada e calculada, visando a destruição da humanidade de uma grande parte de um povo, organização que possui seus notáveis, suas corporações de elite, não apenas seus militares e policiais mas também seus médicos, advogados, jornalistas, artistas, guias intelectuais, seus chefes espirituais e religiosos etc. Na França, a organização estatal da crueldade é um dos componentes do crime contra a humanidade, segundo sua definição oficial<sup>vi</sup>.

Commo pudemos ver desde a evocação do grupo "fraternidade-terror", a crueldade não é nem bestial, nem " natural ", nem selvagem : ela é antes de tudo simplesmente co-extensiva à nossa existência social ou, para dizer as coisas como Jean-Jacques Rousseau: "*se eu fosse só e livre como Deus, seria bom como ele!*"<sup>vii</sup> Não deveria espantar-nos que seja culturalmente informada e mesmo socialmente construída, e que existam " grandes criminosos " como existem " grandes cirurgiões ". No limite, se nos contentássemos em explicar a crueldade por uma pulsão de crueldade inscrita no homem – caberia aqui um comentário sobre a correspondência Freud-Einstein<sup>viii</sup> - não faríamos mais do que os médicos de Molière : vossa filha é cruel, meu Senhor, porque porta em si uma virtude de crueldade. Onde está a explicação ? Como se passa da potencialidade à efetividade ? A crueldade não está no homem como o bicho na maçã. É um mal trans-subjetivo e social constitutivo do animal político que somos. Um dado trans-subjetivo, teria dito François Perrier, fruto da relação de inconsciente a inconsciente, na medida em que a relação ao Outro é constitutiva da experiência subjetiva – mas sempre num

contexto social e material determinado : é o que convém acrescentar depois de Sartre.

As formas de crueldade não são independentes das condições históricas e sociais nas quais os homens vivem. Dedicando-se à análise do desenvolvimento da violência nas sociedades modernas, Georges Devereux já apontava nos anos 60 que "Os conflitos humanos *que terminam seja em sublimações, seja em comportamentos neuróticos ou psicóticos, criminosos ou não, são produto de certas situações que só podem se dar nas sociedades humanas*"<sup>ix</sup>. É em termos de " negativismo social " que esse autor define tais formas de violência contemporâneas, como formas de repostas defensivas em relação a um estado do sistema social. O que deve chamar nossa atenção na análise da crueldade não é pois a pulsão em si mesma, mas seu destino, em particular os modos sociais e culturais de sua organização que formam os indivíduos através da educação. "Atenção", disse-me um dia Jean Oury, num aparte magistral e terrificante, quando eu interrogava o texto freudiano lá onde, falando da sublimação, Freud evoca a luta de Eros contra Eros : "*Sim, muita atenção, vá com calma com a sublimação : a sublimação termina nas câmaras de gás !*". Tanto podia estar falando da repressão coletiva da agressividade que interditou a uma maioria de judeus a possibilidade de pegar em armas e revoltar-se, quanto da quantidade de ciência e tecnologia posta a serviço da exterminação pelos nazistas. Trata-se de uma das maiores desventuras freudianas e pós-freudianas (Freud não deixou de destacar que a barbárie se desencadeava na nação mais civilizada da Europa e numa era de " progresso ") : a sublimação não basta para canalizar as pulsões no sentido da sociabilidade, ou melhor, a integração social não é sinônimo de sociabilidade real e pode-se mesmo perguntar se as sociedades que mais apelam para a " sublimação " não correm o risco de serem as mais violentas – a questão mereceria ser desenvolvida. Mas é claro que a submissão, a indiferença e o silêncio (que esforço de contenção !!) são seguramente *valores* necessários ao exercício da ditadura – nada de natural aí. Curvando-nos a esses valores, de algum modo exercemos nós mesmos essa ditadura. E para as vítimas reais e potenciais desses regimes de terror, profundamente atingidas em suas almas, é seguramente o cúmulo que não apenas toda sorte de notáveis coloquem a cultura a serviço da destruição do homem, mas que, além disso, aqueles que posam como médicos da alma exerçam essa violência que corre ou correu o risco de destruí-las.

Daí decorre que os psicanalistas que se guardam de todo julgamento nas análises (embora...) deveriam entretanto constituir-se como guardiães de alguns valores. As opiniões no caso são divididas e devemos fazer escolhas. Para resumir, diria que seria preciso distinguir o espaço da análise e o da instituição, pensando ao mesmo tempo sua articulação ; e impõe-se a questão : como preservar o espaço da análise, destinada a devolver o sujeito a si mesmo pela liberdade que lhe é oferecida, nesse quadro, de tudo *nos* dizer, se *nós* fazemos parte desses que, *institucionalmente*, apóiam governos que atacam a humanidade no homem, isto é, sua soberania? Confiariam vocês seus sofrimentos íntimos a um psicanalista capaz de apoiar a ação de torturadores? Que poderiam dizer-lhe aqueles que foram vítimas, que pertenciam às famílias das vítimas, ou que foram vitimados pelo maltrato de crianças, ou ainda aqueles que se sentem ameaçados por tais horrores? E aqueles que são prisioneiros de lealdades complexas a pais que foram, eles mesmos, torturadores ou cúmplices destes, ou ainda os que foram agentes dessas torturas num determinado momento de suas vidas, como poderiam encontrar uma saída ?

Isso não é um problema, responderão alguns, se os analisados nada sabem, se nossa vida profissional é isolada de nossa vida política. Que importa, seria preciso dizer então, que um psicanalista participe de torturas *à noite*, já que analisa *de dia* e além disso *não com o mesmo nome*<sup>x</sup> ? Como vocês, provavelmente, acho esse argumento cínico; mas alguns o julgarão, no limite, simplesmente “ profissional ”. Deixo de lado a questão da dimensão política da análise (pois existe, por exemplo, algo da ordem da afirmação de fé entre analista e analisando) para destacar, ainda segundo Georges Devereux, que esse é precisamente o tipo de clivagem mantido pelas sociedades modernas que recortam a vida de cada um em múltiplas esferas estanques, cada sujeito podendo fazer funcionar suas clivagens à vontade entre elas : corremos todos o risco de nos tornarmos "personalidades múltiplas". Esse é um dos elementos que fazem da história desse Dr Lobo, *aliás* Carneiro, não apenas uma história entre outras (porque infelizmente é também *uma história entre outras*, no que concerne à cumplicidade entre aparelho de Estado e psicanálise ; e esta *não* é uma razão para não se dizer nada), mas uma história paradigmática, suscetível de tocar-nos pelo lado de nossas potencialidades esquizóides - por pouco que aceitemos dar-lhes atenção. História paradigmática, porque a violência que aí se exerce é uma violência altamente elaborada por un

aparelho de Estado e retomada por aparelhos institucionais da psicanálise. E ainda porque essa violência se apóia nos mecanismos comuns às sociedades contemporâneas que favorecem as clivagens múltiplas da personalidade, os comportamentos esquizóides e seus corolários : a indiferença, a recusa de prestar socorro às vítimas e a impunidade para os torturadores. A crueldade não é outra coisa, no fundo, que a ausência de piedade ou, para empregar uma expressão bíblica que anuncia sua relação à castração, a ausência de “ matricidade ”<sup>xii</sup> . Os torturadores não são necessariamente grandes paranóicos, perversos sádicos ou psicopatas: nesse sentido, pode-se dizer que vários nazistas eram "homens ordinários" , como afirma Christopher R. Browning<sup>xii</sup>, simplesmente despidos de afetividade em sua submissão à hierarquia – provavelmente grandes obsessivos e/ou personalidades esquizóides. Nesse sentido, Devereux ousava afirmar : *"a civilização moderna não sofre tanto de ditaduras e revoluções quanto de uma forma de esquizofrenia sócio-político-econômica "* .

É bem por essa razão que uma tal história provoca tanta indiferença, real ou fingida : muitos analistas preferem preservar suas próprias clivagens que engendraram lealdades múltiplas e incoerentes. Seus pacientes não correm o risco de lhes falarem : falam ao “ profissional ”, ao fazedor de interpretações, ao guardião do protocolo ; ou então, e é a mesma coisa, ao espelho vazio e silencioso. Esses psicanalistas podem evidentemente ganhar muito dinheiro : a integração social não é preferível à dissidência ?

Sim, é terrificante a solidariedade dos que querem permanecer médicos da alma, numa sociedade que organiza a banalização da crueldade pela promoção do individualismo e da indiferença. Terrificante porque faz deles uma minoria, não chegaria a dizer resistentes (embora se possa sê-lo politicamente) porque isso se refere mais à luta armada, mas dissidentes, talvez mesmo num certo sentido “ desviantes ” - desviantes em relação aos valores dominantes de uma sociedade<sup>xiii</sup> . Sob esse aspecto, as demissões de René Major et de Helena Besserman Vianna do seio da IPA são suficientemente eloqüentes, enquanto protestos e contestações veementes da autoridade da instituição.

Solidariedade terrificante porque nos obriga a alargar o campo da psicanálise para incluir a consideração das dimensões sociais e culturais da construção psíquica das pessoas, a começar por nós mesmos, em nossa própria análise. Seria preciso responder à injunção de Jacques Derrida, no Congresso dos EGP 2000 em Paris,

*injunção "a pensar more psicanalítico, [...] a mutação mesmo da crueldade - ou ao menos as novas figuras históricas de uma crueldade sem idade, tão velha quanto e sem dúvida mais velha que o homem ", confrontar-nos "aos acontecimentos que constituem uma mutação cruel da crueldade, uma mutação técnica, científica, jurídica, econômica, ética e política, e étnica e militar e terrorista e policial desses tempos " <sup>xiv</sup>. Provavelmente é preciso adotar um enfoque múltiplo, tanto histórico como sociológico, para responder à questão de saber que formas de crueldade são engendradas pelo mundo atual em sua dimensão social e cultural. A " transversalidade " entre as disciplinas impõe-se aqui. Mas pensar *more psicanalítico* significa localizarmos os efeitos dessa mutação em nós mesmos – por exemplo, os efeitos de esquizo da organização social, ou ainda as formas de violência intra - e intersubjetiva induzidas pelas novas formas de violência econômica e política. Penso especialmente nos efeitos da expulsão programada de homens da esfera de produção, expulsão antecipada por Marx, principal fonte da errância contemporânea : aos olhos do liberalismo econômico, somos todos *supérfluos* e perfeitamente insignificantes: o que importa a vida, a morte ? Precisamos analisar em nós as conseqüências psíquicas desses mecanismos, pois como lembrava Georges Devereux a propósito dos efeitos esquizofrenizantes do sistema social: "*Não se pode curar uma enfermidade psíquica – neurose ou psicose – quando o médico sofre do mesmo mal que seu paciente e o meio sócio-cultural onde o tratamento se desenrola, ao mesmo tempo que afirma seu desejo de vencer o mal, favorece indiretamente a formação e o desenvolvimento de seus principais sintomas*" <sup>xv</sup>*

Solidariedade terrificante também, como vimos precedentemente, porque só sabe guardar-nos à distância do terror que combatemos *fora de nós* se nos engaja a *viver um outro terror em nós*, entre nós, que se lhe assemelha estranhamente : falo desse terror intra-psíquico e trans-subjectivo, co-substancial de nossa fraternidade, desse fato antropológico discernido por Jean-Paul Sartre e que faz eco a uma paranóia originária que a psicanálise sabe reconhecer em outros níveis, tanto pela evocação do mito da Horda primitiva que pela análise das relações do bebê com seu ambiente ou dos efeitos da apercepção do semelhante no espelho. Na esfera do político – e igualmente do político da psicanálise – esse Terror de trair, de ser traído, de trair-se, de trair a humanidade em si-mesmo como a humanidade no outro, terror diante da liberdade desses Outros, aos quais liguei livremente a minha para

defender tanto a deles como a minha própria. A crueldade visa menos o corpo do homem que sua humanidade, quer dizer, sua liberdade ou sua soberania : é nisso que ela é especificamente humana e universalmente difundida.

Trabalhar com os processos esquizóides e paranóides, que necessariamente nos atravessam, não era provavelmente um projeto pensável para Freud, mas Ferenczi introduziu-o desde o início como uma necessidade ; trata-se pois de um projeto tão antigo quanto a psicanálise. Exceto pelo fato que não podemos mais referir esses processos unicamente à dinâmica interna do bebê, é preciso abordá-los sob o ângulo da interação com o social e a instituição, para além da simples esfera familiar.

Integrar a dimensão de terror constitutiva dos grupos humanos enquanto tais é renunciar à ilusão de que um movimento “ não-institucional ”, e mesmo “ anti-institucional ” ou “ desinstitucionalizante ” como foi o dos EGP, em seus começos, liberar-nos-á dos conflitos internos e da violência. Seu caráter não-institucional obriga-nos sobretudo a enfrentar essa violência originária pela qual facções ou indivíduos não deixarão de denunciar alguma traição. O tempo não-institucional nos faria sobretudo viver algo do “ foro anterior ” caro a René Major <sup>xvi</sup>, um em-avanço onde não temos nenhuma esperança de escapar, bem ao contrário, aos fantasmas parricidas, matricidas, filicidas e fraticidas. Tempo necessário - é melhor estar prevenido - ao final do qual as vontades diversas de “ pôr ordem ”, "horizontal-democrática" ou "vertical-aristocrática", podem precipitar-nos de Caribde em Sila e fazer-nos perder a parada essencial : criar um espaço propício ao reconhecimento do Outro.

Nos próximos momentos dessa reflexão, tratarei de mostrar como se nos apresentam essas “ paradas ”, na fase de institucionalização do movimento dos EGP, até onde e como a fidelidade entra em crise e quais disposições e dispositivos poderiam nos ajudar a assumi-lo.

---

<sup>i</sup> Helena Besserman Vianna, *Politique de la psychanalyse face à la dictature et à la torture, n'en parlez à personne*, Paris, L'Harmattan, 1997

<sup>ii</sup> Percebo no site do Encontro do Rio o artigo de Hans Füchtner sobre Werner Kemper que, pois, faz parte agora das comunicações. Ora, o argumento que acabo de evocar parecia, para aqueles que o sustentavam, caucionado por esse artigo, que contém uma documentação historiográfica sobre o "caso Kemper", associada a um argumento "moral" bastante contestável. Esse artigo, intitulado "O caso Werner Kemper : psicanalista, colaborador, nazista, membro da Gestapo, marxista militante ?", foi efetivamente apresentado em sua versão alemã à *Revista do Coq-Héron*, revista de psicanálise – e sou membro de seu comitê de redação.

Mas eram ainda mais contestáveis as conclusões que alguns dele tiravam (sem terem feito uma leitura direta, por falta de tradução!) : como a idéia segundo a qual todos aqueles que não foram nem assassinados, nem “ assassinos ” (evita-se o termo “ criminosos ”), durante a Segunda Guerra Mundial, teriam mais ou menos colaborado, pertencendo à “ zona cinzenta ” descrita por Primo Levi... o que englobava tanto os resistentes como o conjunto dos sobreviventes perseguidos, acusados todos de denunciarem os colaboradores com o fim de ocultarem suas próprias responsabilidades. Tratava-se de acreditar a idéia de uma total responsabilidade coletiva sob as ditaduras, neutralizando toda forma de culpabilidade – além da culpabilidade que estaria na origem da denúncia dos colaboradores ... Compreende-se que tais argumentos possam esperar ganhar os favores das massas apáticas ou aterrorizadas.

Contudo, ainda que hesitante sobre o interesse de divulgar a discussão ética muito enviezada e dolorosa implicada pelo artigo, a *Revista do Coq-Héron*, para obedecer a sua regra ultra-democrática (a opinião favorável de um membro do comitê de redação, à exceção daquele que apresentava o texto, bastava para a publicação), tinha aceito publicar um debate equitativo entre Füchtner, seus partidários e os colegas interpelados por esse artigo. Fui encarregada dos contatos com os colegas visados pelo artigo, entre os quais Helena Besserman Vianna et Élisabeth Roudinesco.

Élisabeth Roudinesco aceitou sem hesitação o debate sobre os dados historiográficos e comunicou essa aceitação numa carta, lida normalmente e de maneira pública no comitê de redação. Também prometia retificar os dados do *Dictionnaire de Psychanalyse* (Editions Fayard), se o debate conduzisse a isso. Helena Besserman Vianna pretendia intervir a respeito do que fora a situação da psicanálise sob a ditadura no Brasil. Mas os partidários de Füchtner esquivaram-se ao debate desde a leitura da resposta oficial de Élisabeth Roudinesco, retirando o texto de Füchtner... Este nunca entrou em contato direto com o conjunto da redação. Contudo, segundo Helena Besserman Vianna que aceitou encontrá-lo, afirmava que a revista tinha recusado a publicação : a presente nota deve corrigir esse erro historiográfico.

Mas os dados historiográficos sobre a história de Kemper, que se poderiam ter prestado a uma discussão e as hipóteses psicológicas sobre seu medo como causa de sua submissão não resolvem as questões éticas levantadas pelo “ responsável mas não culpado ”, que serviu de linha de defesa comum aos nazistas e aos colaboradores com o fim de assegurar sua impunidade, e que Füchtner retoma por conta de Kemper. Banalização do silêncio e da submissão. Mas a organização estatal do crime e o terror de Estado que dela deriva fazem parte

---

integrante dos crimes contra a humanidade (Cf. nota V), assim como a impunidade dos criminosos faz parte dos sistemas totalitários.

A coragem, já que estamos lembrando coisas elementares, não consiste em não ter medo, mas em ultrapassar suficientemente esse medo para agir segundo seus ideais. Quando a violência é excessiva, ao contrário das massas silenciosas, apenas uma minoria de homens e mulheres realmente a enfrentam. Um psicanalista e mais ainda um Diretor de Instituto psicanalítico pode fazer parte das massas silenciosas ? Uma "boa psicanálise" é pensável sob uma ditadura, e *quem* estaria em condições de conduzi-la, e quão afastado em relação ao poder ? Tal é a questão. Sem chegar a tratar Kemper como criminoso, nada, mas realmente *nada* prova, na argumentação historiográfica de Füchtner, que ele tenha mantido o afastamento necessário ao exercício dessa arte. Ainda uma vez, era possível ?

A que preço ?

A história de Helena Besserman Vianna mostra que podemos nos encontrar rapidamente no banco dos réus quando se tenta fazê-lo, e que as acusações e o abandono podem ser alimentados por psicanalistas com reputação de " autoridades ". Voltaremos a isso em nossa segunda " Travessia ".

<sup>iii</sup> Depois de ter redigido esta comunicação, tive conhecimento, assim como muitos franceses, que militares torturadores franceses da Guerra da Argélia tinham sido enviados pelo governo francês, desde 1960, para dar uma boa mão aos ditadores latino-americanos, na Argentina, no Brasil e no Chile. Transmitiram, ao que parece, sua técnica especial de " desaparecimento sem traços " que inspira as práticas dos " esquadrões da morte " - os nazistas, por seu lado, cultivavam o " desaparecimento sem traços " conservando escrupulosamente os arquivos de seus crimes (em linguagem codificada, é claro). Assim podemos sentirmo-nos ainda mais preocupados pelo que se passou sob as ditaduras que, infelizmente, tanto aprenderam com a Europa !

<sup>iv</sup> Helena Besserman Vianna, *Politique de la psychanalyse face à la dictature et à la torture, n'en parlez à personne*, Paris, L'Harmattan, 1997, Annexes, p. 262

<sup>v</sup> Jean-Paul Sartre, *Critique de la Raison Dialectique*, Paris, Gallimard, 1972, TI, p. 445

<sup>vi</sup> O Tribunal de Instância, em 20 de dezembro de 1985, precisa : "*Constituem crimes contra a humanidade os atos inumanos e as perseguições que, em nome de um Estado praticando uma política de hegemonia ideológica, forem cometidos de maneira sistemática, não apenas contra as pessoas em razão de pertencerem a uma coletividade racial ou religiosa, mas também contra os adversários dessa política, qualquer que seja a forma de sua oposição*".

<sup>vii</sup> Jean-Jacques Rousseau, *Profession de foi du Vicaire Savoyard*

<sup>viii</sup> In Sigmund Freud, *Œuvres Complètes*, vol. XIX, 1931-1936, tr. fr. A. Bourguignon, P. Cotet, J. Laplanche, Paris, PUF, 1995.

---

<sup>ix</sup> Georges Devereux , *Essais d'ethnopsychiatrie générale*, Paris, Gallimard, 1973, p. 116

<sup>x</sup> É o caso denunciado por Helena Besserman Vianna. *Cf. Ibid. p. 126*. O psicanalista chamava-se Lobo (le Loup) e em seu trabalho na tortura usava o pseudônimo de Dr. Carneiro (Agneau). Um programa e tanto.

<sup>xi</sup> O termo foi forjado por André Chouraqui para sua tradução francesa da *Bíblia*. Respeita a etimologia hebraica de "*rahamim*" (traduzido freqüentemente como "misericórdia"), que deriva de "*rehem*", a "matriz".

<sup>xii</sup> Christopher R. Browning, *Des hommes ordinaires, Le 101e bataillon de réserve de la police allemande et la solution finale en Pologne*, uma pesquisa sobre os 500 soldados alemães que tiveram a missão de "limpar" de judeus as cidadezinhas polonesas do distrito de Lublin. De julho de 1942 a novembro de 1943, assassinaram com uma bala na cabeça 38 000 vítimas e deportaram 45 000 outras para Treblinka. Duzentos e dez veteranos desse batalhão contam sua participação na solução final, como racionalizaram sua conduta assassina e retomaram facilmente sua vida normal.

<sup>xiii</sup> G. Devereux, *Op. Cit.*, p118 : "*O desvio implica uma recusa, não da realidade da sociedade, como é o caso na esquizofrenia, mas uma não-aceitação de seus valores e das funções sociais que atribui aos indivíduos*".

<sup>xiv</sup> J. Derrida, *États d'âme de la psychanalyse, Adresse aux États Généraux de la Psychanalyse*, Paris, 2000, Galilée, p. 70.

<sup>xv</sup> G. Devereux, *Op. Cit.*, p. 248

<sup>xvi</sup> René Major, *De l'élection*, Paris, Aubier, 1986.